

ACESSO DE IMIGRANTES A SERVIÇOS MUNICIPAIS SOCIOASSISTENCIAIS EM FRONTEIRA INTERNACIONAL

ACCESS BY IMMIGRANTS TO SOCIAL ASSISTANCE POLICY SERVICES IN INTERNATIONAL BORDER REGION MUNICIPALITY

Cristina GRAMKOW* 

Maria Lucia Frizon RIZZOTTO** 

Manoela de CARVALHO*** 

Resumo: O objetivo foi analisar aspectos da imigração e benefícios sociais solicitados e recebidos por imigrantes residentes em Foz do Iguaçu/PR. A pesquisa compreendeu dois momentos, um de abordagem quantitativa, desenvolvido a partir de dados de bancos de acesso público e informações fornecidas pela Secretaria de Assistência Social e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outro de abordagem qualitativa, a partir de entrevista com imigrantes usuários dos CRAS. Os dados quantitativos foram analisados de forma descritiva e os subjetivos submetidos a análise temática dialógica. A perspectiva crítica orientada pelo materialismo histórico-dialético se constituiu em referencial de análise. Os resultados revelaram imigrantes de 57 etnias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), especialmente paraguaios, venezuelanos, argentinos, colombianos e haitianos que migraram por questões econômicas, sociais, políticas, desemprego, desastres naturais e oportunidade de estudos. Em geral, desenvolvem atividades laborais inferiores à formação adquirida no país de origem, reconhecem a existência de preconceito em instituições e serviços públicos, foram acolhidos por rede de apoio constituída por imigrantes de mesma nacionalidade e instituições religiosas. Conclui-se que esta população deve ser objeto da política municipal de assistência social, com aperfeiçoamento dos registros que permitam conhecer a demanda e os serviços efetivamente utilizados.

Palavras-chave: Migração. Movimentos Migratórios. Assistência Social.

Abstract: : The objective was to analyze aspects of immigration and social benefits requested and received by immigrants residing in Foz do Iguaçu/PR. The research comprised two moments, one with a quantitative approach, developed from data from publicly accessible banks and information provided by the Secretariat of Social Assistance and Reference Centers for Social Assistance (CRAS) acronym in Brazilian Portuguese of the aforementioned municipality, another with a qualitative approach, which consisted of field research with interviews with immigrant users of CRAS. Quantitative data were subjected to simple descriptive statistical analysis and subjective data to dialogic thematic analysis. The critical perspective, guided by historical-dialectical materialism, constituted the analysis framework. The results revealed immigrants from 57 different ethnic groups registered in CadÚnico (register of information on Brazilian families in situations of poverty and extreme poverty), with more Paraguayans, Venezuelans, Argentines, Colombians and Haitians. Immigration was essentially due to economic, social and political problems in the case of Venezuelans, work in the case of Paraguayans, natural disasters and studies by Haitians and family choice in the case of Argentines. In general, these immigrants develop work activities inferior to the training acquired in the country of origin; recognize the existence of prejudice in institutions and public services; they were welcomed by a support network made up of immigrants of the same nationality and religious institutions. It is concluded that the immigrant population must be the object of the municipal social assistance policy, with improvement of the records that allow identifying the demand and the services effectively used by this public.

Keywords: Migration. Migratory Movements. Social Assistance.

Submetido em 05/07/2023. Aceito em 18/10/2023.

* Graduação em Serviço Social pela Faculdade União das Américas (Uniamérica). Mestrado em Saúde Pública em região de Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus de Foz do Iguaçu. Assistente Social no município de Santa Terezinha de Itaipu/PR. E-mail: cristinagramkow@gmail.com

** Doutora em Saúde Coletiva pela Unicamp. Professora Senior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora nos programas de pós-graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira e Biociências e Saúde da Unioeste. E-mail: marialuciarizzotto@gmail.com

*** Doutora em Saúde Coletiva. Docente do Departamento de Saúde Pública - Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) campus de Botucatu - São Paulo - Brasil. E-mail: manoelacarv@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

Introdução

O fenômeno da migração é observado em toda a história da humanidade e se constitui, para muitos, em imperativo de sobrevivência diante de desastres naturais, problemas políticos, ideológicos, religiosos, raciais, sociais e/ou econômicos. No Brasil, historicamente observam-se vários fluxos migratórios importantes a começar pelos portugueses, os africanos escravizados (até século XIX), italianos e alemães (final do século XIX) japoneses (início do século XX), asiáticos (anos de 1950), entre outros (FIGUEIREDO; ZANELATO, 2017).

Nas últimas duas décadas, novos fluxos migratórios majoritariamente de latino-americanos como haitianos, venezuelanos, bolivianos e paraguaios são observados no Brasil. O desenvolvimento econômico e social, a proximidade territorial, o reposicionamento geopolítico do Brasil, as políticas internas para imigrantes e refugiados e a facilidade para concessão de visto humanitário tornaram o Brasil destino atrativo para imigrantes do continente, que antes dirigiam-se aos EUA e Europa (CAVALCANTI, 2015).

Em 2022 viviam no Brasil cerca de 700 mil venezuelanos (BRASIL, 2022) e 150 mil haitianos (FOLHA DE S. PAULO, 2022). Dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), principal fonte de informação utilizada pelo Governo Federal para identificação e monitoramento da população de baixa renda no Brasil, incluindo os imigrantes, informam que em 2021 estavam cadastrados 237.776 imigrantes, sendo 42,2% venezuelanos, 16,5% haitianos, 7,9% Bolivianos, 6,8% paraguaios e 26,6% de outras nacionalidades (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022).

Com os novos fluxos migratórios, diversos setores governamentais se ocuparam em discutir o seu papel na atenção ao imigrante, como o caso da assistência social, que defende que “o atendimento aos migrantes deve estar garantido em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas apresentadas”, incluindo programas sociais como o Bolsa Família (BRASIL, 2016, p.11).

No entanto, o reconhecimento do imigrante como sujeito de direitos encontra obstáculos na prática diária dos serviços públicos, uma vez que profissionais e setores da sociedade não reconhecem os imigrantes com os mesmos direitos dos nacionais, embora isso esteja garantido na legislação brasileira (BRASIL, 2017).

Em cidades de fronteira internacional, como Foz do Iguaçu no Paraná, com grande quantidade de imigrantes residentes, estudos apontam contradições no exercício dos direitos fundamentais e sociais, coexistindo distintas concepções de cidadania e do seu exercício, indicando que “a noção de cidadania como atributo dos nacionais não é suficiente para a dinâmica que se estabelece nestes territórios” (ARENHART; RIZZOTTO; CARRIJO, 2022; ARENHART; RIZZOTTO; MELARA; CARRIJO, 2022, p. 01).

Os serviços socioassistenciais básicos ou especiais constituem parte importante da política de assistência social, cuja porta de entrada para o acesso são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Assim definiu-se como objetivo analisar aspectos da imigração e benefícios sociais solicitados e recebidos por imigrantes residentes em Foz do Iguaçu/PR.

Na perspectiva de responder aos objetivos da pesquisa, buscou-se aprofundar as análises no que se refere aos territórios onde estão localizados os CRAS, campo do estudo, buscando compreender suas particularidades e a forma pela qual as demandas sociais se apresentam em cada território. Os resultados do estudo reforçam a sua relevância, tanto no sentido de disponibilizar dados e informações acerca do acesso a benefícios sociais e da vulnerabilidade dos imigrantes em região de fronteira internacional, quanto de apontar lacunas e possibilidades para a política de assistência social em nível local.

1. Materiais e método

Pesquisa transversal cujo campo empírico foi o município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O estudo foi desenvolvido em dois momentos: um de abordagem quantitativa, com dados secundários relacionados ao quantitativo e características da população imigrante residente em Foz do Iguaçu inscrita no CadÚnico e beneficiárias de programas de transferência de renda e outro, por meio de entrevistas semiestruturadas com dez imigrantes, para identificar aspectos da imigração, condição socioeconômica e itinerário percorrido pelos mesmos no acesso a benefícios da política de assistência social.

Os dados secundários foram obtidos em três sistemas de informação: Sistema do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); Sistema de Cadastro nacional do SUAS (CadSuas) e Sistema de Registro Mensal de Atendimento (RMA).

O procedimento de amostragem foi não-probabilística intencional por julgamento (OLIVEIRA, 2001). Procurou-se contemplar os grupos de imigrantes com maior presença nos registros do CadÚnico identificados na primeira fase da pesquisa: paraguaios, venezuelanos, haitianos e argentinos. Quatro entrevistas foram realizadas de forma presencial, nas residências dos imigrantes, e seis, devido a pandemia da Covid-19, foram por chamada de vídeo do aplicativo *WhatsApp*. As entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade dos participantes e gravadas mediante autorização dos sujeitos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram transcritas na íntegra constituindo arquivos digitais. A média de duração das entrevistas foi de 35 minutos.

Os dados quantitativos foram sistematizados em planilha Excel com posterior análise estatística descritiva e discussão com a literatura pertinente. Os dados resultantes das entrevistas, foram analisados de acordo com a análise temática dialógica, (FERNANDES; RIBEIRO; BORGES, 2020). Foram identificados quatro temas que compuseram itens de análise: Razões e motivações para a imigração; Serviços de assistência social para imigrantes em Foz do Iguaçu; Acesso a benefícios sociais por imigrantes e vulnerabilidades do imigrante.

A teoria crítica foi adotada como referencial teórico-metodológico para a compreensão da realidade dos imigrantes que buscam acesso a benefícios sociais nesta fronteira internacional. Contribuindo, assim, para a delimitação do objeto e para a análise e interpretação dos resultados.

O projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o Parecer nº 4.674.170.

2. Resultados

2.1. Aspectos gerais da imigração em Foz do Iguaçu e imigrantes inscritos no CadÚnico

Em Foz do Iguaçu (PR), segundo informações do Banco Interativo (2020), constam 13.976 registros de imigrantes, destes, 48,51% (n=6.780) são do sexo feminino e 51,49% (n=7.196) masculino. Quanto ao estado civil, 65,64% (n=9.174) declaram-se solteiros e 29,92% (n=4.181) casados, entre viúvos, outras situações e/ou sem informação, são 4,44% (n=621) registros. Imigraram por razões de vida e trabalho 78% (n= 10.938) e para estudar 22% (n=3.038).

A Tabela 1 mostra a distribuição de imigrantes inscritos no CadÚnico e beneficiários do programa Bolsa Família segundo a nacionalidade. Pessoas de 57 diferentes nacionalidades estavam inscritas, destas 52 foram contempladas com o programa Bolsa Família no mês de referência (julho de 2021). A maior frequência de registros é de paraguaios 59,20% (n=2609), seguida de venezuelanos com 14,00% (n=622), argentinos 5,87% (n=261), colombianos 4,85% (n=216), cubanos 2,79% (n=124) e haitianos 2,70% (n=122). As nacionalidades mais atendidas pelo Bolsa Família foram paraguaias 56,21% (n=1450), venezuelanas 10,80% (n=278), colômbianas 7,20% (n=186) e haitianas com 6,12% (n=158).

Tabela 1 – Imigrantes inscritos no CadÚnico segundo nacionalidade, sexo e acesso ao Bolsa Família. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil (2022)

País de origem (nacionalidade)	Inscritos no CadÚnico		SEXO		Beneficiários do Bolsa Família	
	N	%	Masculino	Feminino	N	%
Paraguai	2.609	59,20	918	1691	1.450	56,21
Venezuela	622	14,00	302	320	278	10,80
Colômbia	216	4,85	102	114	186	7,20
Argentina	261	5,87	121	140	158	6,12
Haiti	122	2,70	79	43	100	3,90
Peru	82	1,86	40	42	59	2,30
Cuba	124	2,79	71	53	57	2,20
Líbano	65	1,46	44	21	48	1,90
Bolívia	47	1,05	22	25	39	1,50
China	32	0,70	16	16	28	1,10
Chile	42	0,95	25	17	26	1,00
Equador	21	0,47	11	10	19	0,73
Japão	19	0,40	11	8	18	0,70
El Salvador	15	0,34	8	7	14	0,54
Síria	29	0,65	16	13	10	0,40
Uruguai	14	0,30	9	5	9	0,34
Espanha	11	0,25	8	3	7	0,30
Honduras	07	0,16	3	4	7	0,30
Angola	05	0,10	3	2	5	0,20
Portugal	09	0,20	4	5	5	0,20

República Dominicana	05	0,10	3	2	4	0,15
Guatemala	04	0,08	4	0	4	0,15
Bangladesh	05	0,10	3	2	3	0,12
Coréia do Sul	08	0,18	4	4	3	0,12
Guiné Bissau	04	0,08	3	1	3	0,12
Taiwan	04	0,08	2	2	3	0,12
Costa Rica	03	0,06	2	1	3	0,12
Marrocos	04	0,08	4	0	3	0,12
Benin	03	0,06	2	1	2	0,08
Nicarágua	03	0,06	1	2	2	0,08
França	02	0,04	1	1	2	0,08
Holanda	02	0,04	1	1	2	0,08
Irlanda	02	0,04	0	2	2	0,08
México	02	0,04	2	0	2	0,08
Panamá	02	0,04	2	0	2	0,08
Jordânia	06	0,13	2	4	1	0,03
Paquistão	04	0,08	2	2	1	0,03
Inglaterra	03	0,06	1	2	1	0,03
Itália	02	0,04	1	1	1	0,03
Alemanha	01	0,02	1	0	1	0,03
Áustria	01	0,02	0	1	1	0,03
Bélgica	01	0,02	0	1	1	0,03
Gana	01	0,02	1	0	1	0,03
Índia	01	0,02	1	0	1	0,03
Ilhas Macdonal e Head	01	0,02	1	0	1	0,03
Moçambique	01	0,02	0	1	1	0,03
Nigéria	01	0,02	1	0	1	0,03
Romênia	01	0,02	1	0	1	0,03
Senegal	01	0,02	1	0	1	0,03
Togo	01	0,02	1	0	1	0,03
Ucrânia	01	0,02	1	0	1	0,03
Arábia Saudita	02	0,04	1	1	0	0,00
Egito	02	0,04	2	0	0	0,00
Liechtenstein	01	0,02	0	1	0	0,00
Congo	01	0,02	0	1	0	0,00
Palestina	02	0,04	1	1	0	0,00
TOTAL	4.440	100,00	1.866	2.574	2.579	100,00

Fonte: Cadastro Único (referência mês de junho/2021)

2.2. Caracterização dos sujeitos entrevistados e benefícios recebidos

O Quadro 1 apresenta as características dos imigrantes entrevistados, com destaque para a idade, a maioria de jovens e adultos com 20 a 40 anos, com alto nível de escolaridade, subutilizados e subocupados considerando a formação e a ocupação desenvolvida no país de origem.

Quadro 1. Características sociodemográficas dos imigrantes entrevistados. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil (2022)

País origem	Sexo	Idade em anos	Escolaridade	Ocupação no País de Origem	Ocupação no Brasil	Tempo de residência no Brasil
P1 Venezuela	F	64	Pós-graduação	Professora de Geografia e História, com Pós-graduação em Geografia	Ministrou aulas de violão e atualmente faz diárias em casas de família	3 anos e meio
P2 Haiti	M	30	Ensino médio completo	Estudante	Estudante do curso superior em Serviço Social e autônomo	10 anos
P3 Venezuela	F	43	Superior completo	Engenheira Química	Auxiliar de Serviços Gerais (emprego formal)	3 anos
P4 Venezuela	F	37	Pós-graduação	Engenheira Agrônoma com Pós-graduação em Finanças	Do lar. Estudante de Marketing Digital	3 anos e meio
P5 Paraguai	F	39	Superior incompleto	Estudante	Desempregada	12 anos
P6 Venezuela	F	53	Mestrado	Professora acadêmica e Policial Municipal	Auxiliar de Produção em Frigorífico (emprego formal)	3 anos
P7 Venezuela	F	39	Superior Completo	Professora	Do lar	3 anos e 3 meses
P8 Haiti	F	33	Superior completo	Administrativo estadual	Estudante e autônoma	4 anos e 5 meses
P9 Paraguai	F	42	Ensino médio completo	Do lar	Do lar	3 anos
P10 Argentina	F	23	Superior completo	Cabeleireira	Do lar	9 meses

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Em geral, os(as) entrevistados(as) relataram que trabalhavam em seu país de origem em funções superiores às que exercem atualmente no Brasil (Quadro 1). A falta de reconhecimento acadêmico e profissional foi considerada pelos entrevistados como um fator negativo da migração, “[...] *acho que também para agregar uma coisa, muitas pessoas que vem de outros países, vou falar do caso de Venezuela, são profissionais formados. Seria um bom recurso que o Brasil poderia aproveitar, o custo da nossa formação foi do nosso país, decidimos sair, mas vocês podem aproveitar, nós temos muitas carreiras universitárias e bom nível profissional para podermos exercer aqui nossa profissão.* (P4).

Dentre os(as) entrevistados(as), oito são beneficiários do Bolsa Família ou de tarifas sociais e dois são estudantes bolsistas da Universidade Federal de Integração Latinoamericana (Unila) (Quadro 2).

Quadro 2 - Descrição dos benefícios recebidos pelos sujeitos da pesquisa e renda. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil (2022)

Participante/ país origem	Benefícios	Renda em R\$
P1 Venezuela	- Bolsa Família, valor de duzentos e vinte reais - Tarifa social que é o benefício de desconto da luz - Aulas grátis, dois anos de estudos de português, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) - Cartão do Idoso isenta ônibus urbano - As vezes eles me dão a cesta básica	R\$ 800,00 (familiar)
P2 Haiti	Não recebe benefícios	R\$ 2.000,00 (individual)
P3 Venezuela	- Bolsa Família para compra de alimento (trabalho por fora fazendo diária) - Na pandemia recebi uma cesta de alimentos - Atividade esportiva para minha filha -Encaminhamento para o SCFV.	R\$ 1.500,00 (individual)
P4 Venezuela	- Bolsa Família até atualização do cadastro daí saí do programa - Recebi três parcelas do Auxílio Emergencial	R\$ 4.500,00 (familiar)
P5 Paraguai	- Bolsa Família de R\$ 400,00 - Tarifa Social - Cesta de alimentos a cada dois meses	R\$ 400,00 (Bolsa Família/Auxílio Brasil)
P6 Venezuela	- Uma cesta básica - Bolsa Família por 1 ano e meio que já não recebo mais	R\$ 1.930,00 (familiar)
P7 Venezuela	- Bolsa Família de R\$ 400,00 - Tarifa social para luz	R\$ 1.900,00 (familiar)
P8 Haiti	Não recebe benefícios	R\$ 1.000,00 (individual)
P9 Paraguai	- Bolsa família de R\$ 400,00 - Cesta básica a cada dois meses	R\$ 400,00 (Bolsa Família/Auxílio Brasil)
P10 Argentina	- Auxílio Brasil de R\$ 400,00. - Cesta básica só uma vez e não voltei a pegar mais	R\$ 2.100,00 (familiar)

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

2.3. Razões e motivações para a imigração

Entre os venezuelanos entrevistados, fatores ideológicos, políticos e socioeconômicos foram determinantes na decisão de imigrar. “*Eu sou venezuelana e todos os venezuelanos estamos fugindo do comunismo da Venezuela*”. (P1)

A deterioração das condições de vida na Venezuela, decorrentes da crise econômica que assola o país há mais de uma década, com redução drástica no poder de compra, desabastecimento, capacidade limitada de oferta de serviços públicos e consequente aumento da pobreza e da violência se mostraram decisivos para a imigração. “*A situação era muito difícil no acesso aos serviços públicos, a água, a luz, alimento, para poder fazer mercado tinha que ficar na fila desde a noite anterior[...] E a água onde eu morava, vinha a cada três ou quatro meses*” (P3). “*Nós vínhamos há bastante tempo passando necessidades, fome. Eu tenho 3 crianças, uma delas, a mais velha ficou doente, foi quase 1 mês no hospital e nós tínhamos que comprar antibióticos, não tinha especialista, de noite não tinha pessoal de enfermagem para colocar os medicamentos [...] meu marido não queria sair, mas depois dessa experiência nós viemos*

para o Brasil” (P7).

A crise econômica, na Venezuela, atingiu de diferentes formas as diversas frações da classe trabalhadora, fazendo com que milhares migrassem para garantir a sua sobrevivência. “*Nós tínhamos lá um negócio há mais de 20 anos na área de presunto e queijos, uma distribuidora para varejo e atacado, tudo mudou, a gasolina, as coisas aumentaram, muitos clientes quebraram, e nós também porque trabalhamos um tempo com crédito para os clientes*” (P4).

A segurança da família se constitui em motivo importante na decisão de imigrar. “*...então minha mãe falou: tem que pensar no futuro das crianças! [...] tentaram nos sequestrar e nos roubar em mais de duas oportunidades [...] aí decidimos partir da Venezuela*” (P4).

Entre os haitianos, os desastres naturais, como o terremoto que assolou o país em 2010 e o contato com brasileiros por meio das chamadas missões de paz, enviadas pela ONU, influenciaram a decisão de migrarem para o Brasil. “*O Haiti em 2010 vivenciou um terremoto que provocou uma onda migratória [...], o Brasil estava à frente da missão de paz, aí assinaram um acordo com o governo do Haiti para facilitar o visto humanitário. Isso, motivou um pouquinho a minha chegada no Brasil*” (P2). “*Eu conheci amigos brasileiros lá no meu país [...] tem uma escola onde os brasileiros ensinam a língua portuguesa, a cultura do Brasil e eu frequentei essa escola. Aí eu tive uma grande vontade de conhecer o Brasil*” (P8).

A existência de pessoas da mesma nacionalidade morando no país, facilita a criação de redes comunitárias de ajuda, que contribuem para a realização de projetos pessoais, ampliando os horizontes restritos que muitas vezes se apresenta ao migrante. “*Cheguei aqui no Brasil em março de 2018, fiquei 5 meses sem trabalho, gastei o dinheiro que eu tinha e não consegui voltar mais e resolvi ficar no Brasil. Eu tinha um amigo que estudava aqui na Unila, conversei com ele: Como posso ganhar uma bolsa para estudar? Ele me explicou tudo certinho, eu estava com quase todos os documentos na minha mala. Fiz minha inscrição no edital em 2018, mas eu não consegui porque estava há menos de 1 ano no Brasil. Esperei até março de 2019, pra novo edital aí consegui uma vaga para [o curso de] Serviço Social. Agora eu estou no quarto período*” (P8).

A Unila foi criada em 2010, para promover a integração latino-americana, possibilitar intercâmbio cultural, educacional e científico, garantindo 50% das vagas para estrangeiros e 50% para brasileiros, tanto para discentes como para docentes. Como política de permanência, a universidade disponibiliza Assistência Estudantil (AE), repassando recurso financeiro aos estudantes em situações mais vulneráveis. Com isso, anualmente muitos estudantes são atraídos para Foz do Iguaçu (PR), na perspectiva de formação acadêmica com suporte estudantil (BRASIL, 2022c).

Paraguaias que decidiram fixar residência no Brasil também foram impulsionadas por questões familiares e laborais. “*Eu morava lá no Paraguai, tinha toda minha família lá. Depois, primeiro veio meu marido, depois veio minha filha trabalhar aqui, eu fiquei sozinha no Paraguai. Aí me falaram para eu vir morar aqui no Brasil, para ficarmos todos juntos, porque era um pouco difícil no Paraguai, então por causa do trabalho e também pela família*” (P9).

A expectativa de uma vida melhor sempre está presente nas razões da imigração: “*por motivo de criar meus filhos aqui, eu queria criar raiz em um canto, não viver mais vir pra cá ir para lá, sabe?! Aí eu decidi ficar aqui, dar*

uma vida melhor para elas”. (P5). “A gente veio para o Brasil, porque meu filho mais novo, ele ganhou vaga na faculdade, na UNILA, então ele queria fazer formatura na área de economia, está fazendo agora, então eu vim para ajudar um pouco ele, acompanhá-lo” (P6).

A mesma motivação apareceu na fala da imigrante argentina *“eu estava lá na Patagônia Argentina e soube que estava grávida de 1 mês, então eu deixei tudo, porque eu já tenho família aqui em Foz, sempre gostei daqui, [...] meu marido queria ter uma filha brasileira e eu também, queria dar a elas um melhor futuro”.* (P10).

2.4. Serviços de assistência social para imigrantes em Foz do Iguaçu

A falta de informações sobre serviços e programas sociais existentes no País que possam assegurar direitos básicos foi identificada nas falas dos(as) entrevistados(as): *“quando viemos aqui para o Brasil, nós não sabíamos nada do CRAS [...] há mais ou menos 2 anos comecei a participar do CRAS, estava meio complicado para mim e minha família”(P9).*

Os vizinhos se constituem em importante fonte de informação e direcionamento *“Foi o vizinho meu que orientou [...] eu fui lá no CRAS do Centro. Daí eles me passaram para o Três Lagoas, porque cada CRAS tem a região deles né?” P5. “Meu filho e eu nos mudamos de casa três vezes. Quando estávamos morando na segunda casa, uma vizinha me falou do CRAS e me indicou que pela zona que estamos morando eu teria que ir no CRAS Oeste [...] e aí fui muito bem atendida” (P1).*

As comunidades de imigrantes e instituições religiosas configuram redes de apoio aos imigrantes recém-chegados ao País. *“Na verdade, quem me orientou foi a Sra. Maria (nome fictício) da comunidade de venezuelanos aqui organizada. Ela conhecia e me orientou com a igreja que frequenta [...]. Me ajudou com recursos, comida nos primeiros dias e ainda me orientou sobre programa social, Cadastro Único, CPF” (P3).*

Outra fonte de informação são os próprios familiares, já residentes, que diante de necessidades emergenciais demandam os serviços sociais, como por exemplo, a necessidade de documentação para ingresso das crianças na escola. *“Minha filha não tinha documento para entrar na escola e o filho do meu marido comentou para irmos pro CRAS, para poder entrar na escola, que as crianças tinham direito de entrar na escola”.* (P9).

2.5. Acesso a benefícios sociais por imigrantes em Foz do Iguaçu

Os benefícios sociais recebidos se mostraram essenciais para os entrevistados *“meu filho e eu comemos do que o CRAS nos dá. E graças ao CRAS, temos luz. E graças ao CRAS estou falando português. E cada vez que vou, eles me falam com muito carinho e se há um curso eles me oferecem o curso, já me ofereceram um como fazer meu currículo, por que é diferente em cada país e assim eu recebo muita chuva de graças. Eu estou muito agradecida” (P1).*

A entrevistada P4, apresenta uma questão bastante discutida no âmbito das políticas de transferência de renda. *“A faixa para entrar dentro das possibilidades dos benefícios é muito baixa, tem que ser um pouco mais realista, [...] o período econômico que está atravessando o Brasil, assim acho que o salário mínimo de vocês teria que aumentar” (P4).*

A interrupção durante a pandemia foi um aspecto relevante na descontinuidade dos serviços públicos, incluindo os socioassistenciais. “*Eu creio que sim deveriam dar mais continuidade, na verdade não pude continuar com minha filha, porque já estava fechado pela pandemia, e não estava atendendo. Como pude, conversei com minha filha para não cair mais nessa depressão*” (P3).

2.6. Vulnerabilidades do imigrante

Preconceito e discriminação aumenta o sofrimento e vulnerabilidade dos imigrantes “*eu me senti discriminada algumas vezes [...] na questão do trabalho as pessoas abusam da condição do imigrante, temos que limpar coisas terríveis, porque isso não faz uma faxineira brasileira, é uma forma de discriminação. Muitas vezes trabalho por nove horas e o que me pagam é R\$ 70,00/R\$ 50,00, depende, mas eu faço*” (P1). “*Sim, eu me senti muito discriminada. [...] faz pouco tempo eu escrevi para uma loja de móveis e ela falou pra mim: Eu não trabalho com gente estrangeira. Eu só trabalho com gente que tem RG. Eu falei pra ela: Nossa, eu já tenho documentação tudo certo, por que você está me discriminando? Eu trabalho, meu marido trabalha aqui, a gente tem uma filha, eu pago imposto, tudo certo [...] tenho conta no banco. Aí depois ela mudou de atitude*” (P10).

Outros relatos denunciam a percepção que eles(as) têm de que a tríplice fronteira se situa numa região mais conservadora do que outras regiões do Brasil. “*Aqui é uma cidade intolerante contra os imigrantes, paraguaios, haitianos, é um problema nacional, mas aqui existe e não tem diálogo, a gente não consegue debater essas questões [...], é uma região muito conservadora, xenofóbica, acho que isso não é porque é uma região de fronteira, acho que por ser uma região mais pro sul, [...] cultural mesmo*” (P2). A entrevistada P4 relativiza: “*diretamente não, mas tem preconceitos, preconceitos das pessoas com respeito aos imigrantes, quando escutam nossa fala, nosso sotaque, já tem um pouco de receio, mas também eu acho que é por conta de desconhecimento*”.

A saúde foi citada como um setor onde há tratamento diferenciado para brasileiros e imigrantes; “*na saúde, nos postinhos, eles não te dão a mesma prioridade que um brasileiro que mora aqui. Já aconteceu de eu ir no posto de saúde, eu chegava primeiro, mas eles faziam passar todas aquelas pessoas que são residentes aqui e me deixava por último, daí aquilo lá me incomodou um pouco*” (P5).

Uma das falas apresentou certo conformismo, naturalizando o preconceito vivenciado, “*mas é normal, porque a gente tem que se colocar no lugar também. Um brasileiro mora aqui toda sua vida e a gente vem de fora e pega tudo mais rápido, é ruim né. Então eu compreendo também essa parte*” (P10).

3. Discussão

A expansão do capitalismo implica em diversas formas de desigualdades sociais e concentração de riquezas. O processo migratório expressa essas desigualdades, uma vez que quem imigra precisa dispor de recurso financeiro suficiente para permitir seu deslocamento internacional, com exceção para os casos de

entrada pelas fronteiras terrestres. Ou seja, quem migra não são as pessoas mais pobres do país, mas pessoas mais jovens, com certo nível de formação educacional, rede de apoio e capacidade de articular elementos que contribuam para certa segurança no país acolhedor (ZUNINO, 2021).

A pequena diferença entre homens e mulheres imigrantes registrada em Foz do Iguaçu/PR mostra que ambos sexos migram quase na mesma proporção, diferente de outras pesquisas que mostram uma maioria de imigrantes do sexo masculino. Autores como Dornelas e Ribeiro (2018) pontuam que até pouco tempo os homens eram aqueles que migravam por fatores relacionados ao trabalho, mulheres e os filhos eram apenas seus acompanhantes. No cenário atual, a mulher passa a ser vista também como sujeito migratório com distintas motivações, experiências e expectativas.

Vendramini (2018, p. 241) afirma que “o trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal para vender sua força de trabalho onde houver procura. Torna-se assim totalmente disponível ao mercado de trabalho [...] tendo que se deslocar com mais frequência, exigindo desprendimento e adaptabilidade”.

Na visão de Silva e Beninger (2021), este processo migratório pode ser concebido como uma imigração involuntária, se considerarmos os motivos que originam a mesma, geralmente por fatores políticos, religiosos, econômicos ou sociais.

Moura (2021, p. 01) relata que grandes empresas da construção civil e frigoríficos têm interesse na força de trabalho de imigrantes, especialmente por seu baixo custo. O autor frisa que “o migrante era o trabalhador ideal para as empresas brasileiras. Não falava a língua, não podia se sindicalizar, não tinha uma rede de apoio e, logo, era muito fácil de se explorar”. Zunino (2021) e Moura (2021) possuem pontos de vistas diferentes quando se trata da rede de apoio que o imigrante pode ter ou não no seu destino final. O que se pôde verificar nesta pesquisa, foi que a grande maioria dos sujeitos que migraram, possuíam rede de apoio em Foz do Iguaçu, composta por pessoas da mesma nacionalidade (no caso dos venezuelanos) e/ou amigos e familiares que já residiam no país.

Do ponto de vista sociológico,

Os processos migratórios sempre alimentaram o crescimento das cidades e, conseqüentemente, seus desenvolvimentos econômico e político. À medida que o capitalismo se expandiu, também reestruturou as formas urbanas e organizou novas e numerosas ondas de migração até elas (ESCUADERO, 2021, p. 194).

Marcon e Nora (2020) destacam que na última década, houve grande expansão de trabalhadores imigrantes que optaram pelo Brasil para residir e trabalhar. Destes elas citam argentinos, senegaleses, haitianos, colombianos, peruanos, venezuelanos, bolivianos, uruguaios e paraguaios. As autoras referem que a migração indocumentada é um dos fatores que contribuem para que situações análogas à escravidão possam ocorrer, devido ausência de documentação legal no país, que possibilite acesso ao mercado de trabalho formal, submetendo muitos às condições de superexploração do trabalho. A cidade de Foz do Iguaçu (Brasil) e a Cidade de Leste (Paraguai) são conhecidas como cidades gêmeas, devido a facilidade do

livre trânsito entre elas, o que facilita o acesso de paraguaios ao Cadastro Único e a concessão de determinados benefícios sociais no Brasil. Em regiões como esta, “o constante fluxo de cidadãos transfronteiriços, bem como o compartilhamento de problemas sociais, exige ações do campo da Política de Assistência Social (PAS) e requer o atendimento a cidadãos, sem nacionalidade brasileira, mas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social” (SILVA; UGOSKI, 2013, p. 228).

Mesmo vivendo em um país democrático, as manifestações de xenofobia e aporofobia (Cortina, 2020) dos brasileiros para com os imigrantes pobres tem tomado proporções maiores nos últimos anos. Muitos imigrantes sentem-se inseguros, desprotegidos e desamparados em relação às possíveis situações de violência, discursos e crimes de ódio. Deste modo, “a perfeição de uma sociedade democrática, igualitária e que respeite a diferença e a diversidade continua sendo uma utopia política de difícil alcance” (ÁRABI, 2020, p. 171, tradução nossa).¹

Para Santos (2020), a crise socioeconômica e política iniciada em 2014 na Venezuela, deixou o país em uma situação muito difícil. A dívida externa e interna, a oscilação no preço do petróleo e o bloqueio de bens do país em bancos internacionais não permitiu a estabilização econômica do país com prejuízos à população. Um dos efeitos foi a insuficiência de alimentos para o abastecimento dos mercados, os serviços públicos ficaram ineficientes e não chegavam ao alcance de todos. A fome, miséria, criminalidade, ausência de atenção à saúde, entre outros motivos, foram motivadoras para a migração de milhares de venezuelanos para diferentes países, incluindo o Brasil. De acordo com o *Observatorio Venezolano de Violencia* (OVV) (2022), no documento denominado Informe Anual de Violência (2020), houve mais mortes devido às situações de violência do que de vítimas da pandemia da Covid-19. Segundo o informe a Venezuela foi o país com mais mortes violentas da região e do mundo, os números apontam 45,6 mortes violentas por cada cem mil habitantes. O documento mostra que a Venezuela passou de um dos países mais ricos da América Latina, que sempre ajudou outros países, para se tornar uma nação que necessita ajuda humanitária para garantir o básico, como alimentação para sua população. A desigualdade social, a má distribuição de renda e a falta de condições de sobrevivência fazem com que muitas pessoas vejam na criminalidade uma forma de garantir suas necessidades.

O processo de migração pode se constituir em um dos determinantes sociais para situações de vulnerabilidade e risco social. A própria condição social que os indivíduos estavam ineridos em seu país de origem, determinam as distintas formas de enfrentar as situações de risco no país que os acolhe. A perda de parte de valores culturais, hábitos e tradições, na mudança de um país para outro, ao mesmo tempo que pode facilitar sua adaptação, também pode colocá-lo em risco social, físicos e psicológicos (ALMEIDA; SILVA, 2019; CESÁRIO *et al*, 2015).

Ao adentrar em outro país, o imigrante insere-se em novos círculos sociais, profissionais

¹ “la perfección de una sociedad democrática, igualitaria y que respete la diferencia y la diversidad sigue siendo una utopía política de difícil alcance” (ÁRABI, 2020, p. 171).

e acadêmicos, e passa a vivenciar o luto e a necessidade de reconfiguração da sua identidade profissional e social. Isso relaciona-se a uma possível perda de diferentes funções e papéis que desempenhava no país de origem, o que gera um importante impacto na subjetividade dessas pessoas (FERREIRA; LODETTI; BORGES, 2021, p. 144).

De acordo com informações na página *online* do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2022), existem cerca de 6,6 milhões de refugiados sírios espalhados pelo mundo e o Brasil foi um dos pioneiros na proteção internacional aos refugiados. No nosso estudo, foram identificadas 29 pessoas oriundas da Síria registradas no CadÚnico e 10 recebem o Bolsa Família.

Os terremotos no Haiti, com a consequente escassez de trabalho e a proximidade dos haitianos com as tropas brasileiras de Paz enviadas pela ONU, motivaram os haitianos a migrar para o Brasil, que viam como um país acolhedor, próspero, com possibilidades e oportunidades de trabalho. O deslocamento deles foi amplamente noticiado nos meios de comunicação e estes se instalaram em vários estados e cidades do país. Cividini (2018, p.28) pontua que “os primeiros haitianos chegaram por via terrestre, através das fronteiras do Peru e Bolívia, nas cidades de Assis Brasil no estado do Acre e Tabatinga, no Amazonas”.

Para Baeninger e Peres (2017), a chegada dos haitianos ao Brasil a partir de 2010, forçou o governo, a sociedade e instituições acadêmicas a pensar estratégias para acompanhar este público de modo a retratar a realidade e as condições de vida que estes se encontravam. A decisão de permanência dos imigrantes no país se deu sobretudo por meio do visto humanitário, criado em 2012 pelo governo brasileiro, por meio da Resolução Normativa nº 97 de 12/01/2012 (BRASIL, 2012) e a própria criação da Lei da Migração de 24 de maio de 2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. (BRASIL, 2017).

Legalmente, está previsto na Portaria Normativa nº 22, de 13/11/2016 do Ministério da Educação (BRASIL, 2016), que imigrante com formação acadêmica no exterior, pode revalidar seu diploma para obter o direito de exercer a profissão no Brasil. Porém, na prática, muitos obstáculos com os trâmites legais e burocráticos, somados à ausência de documentos comprobatórios e/ou recursos financeiros insuficientes para obtê-los, impedem o reconhecimento, submetendo os imigrantes a subempregos e vínculos precarizados e desprotegidos.

O Programa Bolsa Família (no momento da pesquisa denominado “Auxílio Brasil”), acessado por alguns entrevistados(as), é um programa vinculado à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Criado em 2003, para ter acesso a família deve ter renda familiar *per capita* de R\$ 89,00 a R\$ 178,00 e crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Para os contemplados com este benefício, é necessário manter a frequência escolar em dia, calendário vacinal, peso e altura acompanhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), inclusive informações de mulheres em idade fértil, além de manter o CadÚnico atualizados (BRASIL, 2005).

O acesso à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) depende da sua ampla divulgação e dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais que são ofertados no território (BRASIL, 2005). Também o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009), afirma

o direito à informação sobre como e onde manifestar seus direitos e requisições sobre o atendimento socioassistencial (BRASIL, 2009). No entanto, é notória a ausência de divulgação de informações, por parte do poder público, especialmente ao público migrante a respeito desta política e seus direitos, dependentes de uma rede de solidariedade informal (vizinhos, familiares, instituições religiosas) para descobrirem formas de acessar esta política.

É necessário, ainda, enfatizar que o sistema capitalista limita as escolhas pessoais e profissionais, especialmente da classe trabalhadora diante das condições de vida a que está submetida. Além disso, contratar imigrantes é conveniente ao detentor dos meios de produção, pois possibilita o aumento dos lucros e acúmulo de capital, uma vez que a força de trabalho tende a ser mais barata, uma vez que muitos não possuem documentação necessária para inserção no mercado de trabalho formal. Pessoas em situação migratória irregular, acabam fazendo parte do exército de reserva, além de receberem baixos salários, não possuem proteção social e nem estabilidade em seus empregos, podendo ser dispensados em qualquer tempo e sem qualquer direito assegurado. Somado a isso, a insegurança da possibilidade de serem deportados, faz com que estas pessoas fiquem à mercê da classe dominante e em condições desumanas de vida e trabalho (CAMPOS, 2021).

Considerações Finais

A pesquisa mostrou que os imigrantes se constituem em um grupo socialmente vulnerável, que devem ser objeto da política de assistência social especialmente em município de fronteira internacional, como Foz do Iguaçu (PR).

Em relação ao processo de migração, as dificuldades vivenciadas no país de origem, seja em função de desastres naturais ou devido à situação econômica desfavorável, foram decisivas na decisão de migrar na expectativa de oportunidades de trabalho, criar novos laços e reconstruir sua vida em melhores condições. Entre os entrevistados, a decisão de imigrar foi por problemas econômicos, sociais e de violência no caso dos venezuelanos, trabalho no caso dos paraguaios, desastre natural e estudo para os haitianos e por escolha familiar no caso dos argentinos.

Aspecto importante observado foi em relação a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Ficou explícito que imigrantes com boa formação acadêmica e qualificação profissional, exercem no Brasil atividades laborativas incompatíveis com as funções que exerciam lá, recebendo remuneração insuficiente para sua manutenção e de sua família e com vínculos de trabalho precários.

Quanto ao acesso aos benefícios sociais, identificou-se que existe desconhecimento, por parte do público migrante, acerca dos direitos assistenciais. Não se observou, por parte dos equipamentos disponíveis das diferentes políticas públicas do governo municipal, a divulgação dos benefícios assistenciais e eventuais, disponíveis à população que deles necessita. Salienta-se a necessidade de o Estado garantir que de fato os direitos sociais constitucionais e os viabilizados por meio das demais legislações em vigor, sejam

acessíveis a toda população migrante. Além do mais, é urgente uma política de financiamento que contemple as especificidades da fronteira.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se o acesso aos entrevistados dificultado pela mudança frequente de endereço dos migrantes e pela coincidência do período da coleta de dados com a ocorrência da pandemia da Covid-19.

A pesquisa permitiu conhecer aspectos relevantes da realidade dos migrantes em território de fronteira internacional, e indica a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de registro dos serviços socioassistenciais que permitam identificar a demanda e a assistência realizada para o público migrante, especialmente por se tratar de região de fronteira.

Conclui-se o que a política de assistência social relacionada ao migrante em região de fronteira internacional configura um campo vasto de pesquisa, com possibilidades para estudos futuros, uma vez que possui baixa produção científica relacionada a esta temática.

Referências

- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Agência da ONU para refugiados**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- ALMEIDA, L. P.; SILVA, A. M. V. Fronteiras, mobilidades e desigualdades: Uma reflexão sobre a escola de/na fronteira. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 707-724, 2019. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p707-724>
- ARENHART, C. G. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; CARRIJO, A. R. Concepções de formadores de opinião sobre cidadania e direito à saúde na fronteira trinacional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.32 n. 4, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312022320406>.
- ARENHART, C. G. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; MELARA, M.; CARRIJO, A. R. Representações sociais do direito à saúde na fronteira trinacional. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 27, n. 11 [Acessado 22 Fevereiro 2023] , pp. 4233-4241.
- ARABI, H. El discurso xenóforo en el ámbito político y su impacto social. **Estudios Políticos**, Entramado v. 16, n. 1, p. 166-175, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/entra/v16n1/2539-0279-entra-16-01-166.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: A migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos e População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97 de 12/01/2012**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 59. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541>. Acesso em 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 22 de 13/12/2016**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/revalidacao-de-diplomas#:~:text=O%20Brasil%20n%C3%A3o%20possui%20nenhum,detalhadas%20%E2%80%93%20a%20Plataforma%20Carolina%20Bori>. Acesso em 13 out. 2023.

BRASIL. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em fev, 2023.

BRASIL. **Lei de Migração**. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em fev, 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Em cinco anos, Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-cinco-anos-brasil-recebeu-mais-de-700-mil-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em fev, 2023.

BRASIL. Universidade Federal de Integração Latinoamericana – UNILA. **Assistência Estudantil**. Foz do Iguaçu, PR, 2022c. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/prae/auxilios>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CAMPOS, V. C. **O que o Marxismo diz a respeito das migrações internacionais?** Migramundo Equipe, 2021. Disponível em <https://migramundo.com/o-que-o-marxismo-diz-a-respeito-das-migracoes-internacionais/>. Acesso em: 27 mai. 2022.

CAVALCANTI, L. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro. Desafios para políticas públicas. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.21-35, V.11, n.16, jul-dez.2015. [http:// DOI: 10.5418/RA2015.1116.0002](http://DOI:10.5418/RA2015.1116.0002).

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMIGRA 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf. Acesso em fev, 2023.

CESÁRIO, R. R.; FABRINI, C. B.; CESÁRIO, M. Migração peruana no Acre, Amazônia:determinantes, vulnerabilidades e oportunidades para promoção de saúde. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, 2015. <https://doi.org/10.31406/relap2015.v9.i1.n16.5>

CIVIDINI, F. R. **Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): Tensões e fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Culturas e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3841/5/Fatima_Regina_Cividini_2018.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

CORTINA, A. **Rejeição aos pobres é doença social que ameaça a democracia**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.csem.org.br/noticias/rejeicao-aos-pobres-e-doenca-social-que-ameaca-a-democracia-afirma-filosofa/>. Acesso em jan, 2023.

DORNELAS, P. D; RIBEIRO, R G. N. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão**, Ano XXI, nº 41, Mai a Ago/2018. ISSN: 2238-9091 (Online). Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_11_Dornelas_Ribeiro.pdf. Acesso em fev, 2023.

ESCUADERO, C. Os imigrantes e a cidade de São Paulo: Modos de interação e sociabilidade. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 30, n. 64, p. 191-208, 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006412>

FERNANDES, L. K.; RIBEIRO, L. D. M.; BORGES, F. T. Análise Temática Dialógica aplicada a uma roda de conversa com crianças: uma explanação baseada em relato de pesquisa. **Revista Teias**, v. 22, nº 64, Teias 20 anos, 2020. <http://doi:10.12957/teias.%Y.50727>

FERREIRA, A. V. S.; LODETTI, M. B.; BORGES, L. M. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 141-158, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>

FIGUEIREDO, L. O.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(1), 77-90, 2017. Disponível em : <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/31426>. Acesso em fev, 2023. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.31426>

FOLHA DE SÃO PAULO. **Decisão da Justiça abre caminho para que haitianos entrem no Brasil sem visto**. 2022, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/decisao-da-justica-abre-caminho-para-que-haitianos-venham-ao-brasil-sem-visto.shtml>. Acesso em fev, 2023.

MARCON, F. A.; NORA, G. A. M. Trabalhador imigrante e condição análoga de escravo: Uma análise comparativa entre o Estatuto do Estrangeiro e a atual Lei de Migração. *Revista Jurídica Cesumar*. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 481-500, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/8727/6501>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MOURA, S. M. Mesmo com cenário desfavorável, imigrantes haitianos seguem buscando o Brasil. Por quê? **Jornal da USP**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/mesmo-com-cenario-desfavoravel-imigrantes-haitianos-seguem-buscando-o-brasil-por-que/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA - OVV. **Laboratorio de Ciencias Sociales (LACSO)**. Informe Anual de Violência. Caracas, 2022. Disponível em: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/reportes-de-investigacion-lacso/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: [193](https://pesquisa-</p></div><div data-bbox=)

[easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo - amostragem nao probabilistica adequacao de situacoes para uso e limitacoes de amostras por co nveniencia.pdf](http://easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amstras_por_co_nveniencia.pdf). Acesso em: 19 jun. 2022.

SANTOS, L. O. **A crise migratória na Venezuela e os impactos nas políticas públicas brasileiras**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito) – UniEvangélica, Anápolis, 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/16877/1/Monografia%20-%20LUCAS%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

SÃO PAULO. Observatório das Migrações em São Paulo. **Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE/ Registro Nacional Migratório/RNM**. São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, J. C. J.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>

SILVA, V. R.; UGOSKI, D. R. **A política de assistência social em cidades gêmeas da fronteira gaúcha**. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R., orgs. *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, p. 219-232. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>.

VENDRAMINI, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p239>

ZUNINO, C. I. J. Herramientas metodológicas para el estudio de las migraciones internacionales en tramas de desigualdad social. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá, v. 44, n. 1, p. 289-315, 2021. <https://doi.org/10.15446/rcs.v44n1.79002>

Contribuições das autoras:

Cristina Gramkow: Construção e desenvolvimento do projeto de pesquisa. Realização de coleta, análise e discussão dos resultados. Elaboração do texto do artigo.

Maria Lucia Frizon Rizzotto: Orientação na construção e desenvolvimento do projeto de pesquisa. Acompanhamento na coleta, sistematização e análise dos dados e discussão dos resultados. Revisão final do texto.

Manoela de Carvalho: Colaboração na discussão dos resultados e revisão final do texto.
